

Os sentidos da homossexualidade na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - um estudo exploratório¹

Amanda Duarte Moura*

Anna Paula Uziel**

Fabiene Oliveira Barros***

Filipe Miranda****

Rick Valério*****

Suelen da Silva Sampaio*****

Patrícia Stoco*****

Resumo: Este artigo é fruto de uma pesquisa quantitativa realizada com estudantes de diversos cursos de graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, dos *campi* da cidade do Rio de Janeiro, com o objetivo de investigar o que pensavam a respeito da homossexualidade. Iniciamos com questões sobre o termo e, em seguida, perguntamos sobre a concessão de direitos civis para casais do mesmo sexo. Outra temática tratada foi a homofobia. Estar cursando o início ou o fim do curso não fez diferença a respeito do que pensam sobre esses temas, tampouco, a área da graduação. O gênero dos entrevistados parece diferenciar as opiniões a respeito de alguns dos aspectos pesquisados relacionados à sociabilidade.

Palavras-chave: homossexualidade; universidade; direitos civis; homofobia.

Abstract: This article derives from a quantitative research with grad students from different carriers in the University of the State of Rio de Janeiro, in the *campi* in Rio de Janeiro city, aiming at investigating their thoughts on homosexuality. They were initially questioned about the term itself and later about the granting of civil rights to same-sex couples. Homophobia was also an issue in the interviews. Being in the first or last year of grad school does not make a difference, neither the area of studies. The gender of the students seems to be the main factor differentiating the opinions on the polled subjects related to sociability.

Keywords: homosexuality; university; civil rights; homophobia.

Introdução

Esta pesquisa surgiu do interesse de alunos da graduação em Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), pertencentes ao grupo de estudos “Homossexualidade e Parentalidade” pelo tema. Iniciada no ano de 2009, *Os sentidos da homossexualidade na Universidade do Estado do Rio de Janeiro* buscou investigar como alunos de graduação dos diferentes cursos da universidade definiam homossexualidade, o que pensavam sobre conquista de direitos civis para casais de gays e lésbicas, sociabilidade, homofobia, entre outros temas.

Homossexualidade, segundo Peter Fry (1983), alude a ideias e práticas relativas à construção histórica da sexualidade de homens e mulheres. É sabido que, ainda nos anos 1980, a epidemia de Aids levou a sociedade a debater a homossexualidade, refletindo acerca de preconceitos e direitos negados a esta parte da população até então invisibilizada. Atualmente, tem-se intensificado o debate em torno da garantia de direitos civis a homossexuais² adotando-se medidas jurídicas que reconheçam casais do mesmo sexo, garantam o direito à filiação, bem como medidas que ajudem a frear o preconceito ainda presente na sociedade – preconceito este, frise-se, que perpassa e é bastante forte nos ambientes familiares, educacionais e religiosos.

É ainda nesses espaços, onde, em geral, esperamos encontrar acolhimento, que vemos forte discriminação contra pessoas que não são heterossexuais. Entendida como uma atitude de aversão aos homossexuais, a homofobia:

(...) é um fenômeno complexo e variado. Podemos entrevê-la em piadas vulgares que ridicularizam o indivíduo efeminado; no entanto, ela pode revestir-se também de formas mais brutais, chegando inclusive à exterminação, como foi o caso na Alemanha nazista. Como toda forma de exclusão, a homofobia não se limita a constatar uma diferença: ela a interpreta e tira conclusões materiais (Borillo, 2009, p. 18).

Apostamos que, talvez, a principal – porém não única – forma de combate ao preconceito seja a inclusão dos temas referentes à homossexualidade no ambiente escolar em todas as etapas da escolaridade e em todas as idades. Embora este seja quase um consenso, muitas escolas não sabem ou não querem abordar a homossexualidade (Oliveira & Morgado, 2006) e cristalizam um tabu em torno do tema, como se este fosse desvinculado de outros aspectos da vida.

Exemplo histórico recente, em 2011, foi a reação do governo³ às pressões sofridas dos setores religiosos do Congresso Nacional, gerando a suspensão do *kit anti-homofobia*, material que o Ministério da Educação teria preparado para tratar do assunto nas escolas. Este material pedagógico, direcionado a professores do ensino médio, era parte do projeto do governo federal, *Escola sem Homofobia*. A falta real de laicidade⁴ do Estado permite que crenças religiosas interfiram em decisões e políticas de Estado e de governo no Brasil, como acontece principalmente no campo da sexualidade, em especial, no que diz respeito a direitos LGBT e das mulheres, como o aborto.

De acordo com Santos, Ramos, Timm, Cabral e Lobo (2008), a atenção voltada para a escola faz-se necessária, pois é neste ambiente que encontramos a manutenção e reprodução de práticas hierarquizantes e discriminatórias:

o ambiente escolar tem uma importante função no processo de conscientização, orientação e instrumentalização dos corpos da criança e do adolescente. A instituição escolar, ao classificar os sujeitos pela classe social, etnia e sexo, tem historicamente contribuído para (re)produzir e hierarquizar as diferenças (Santos *et al.*, 2008, p. 8).

A importância da incorporação de temáticas como esta nos espaços de educação – e o universitário é um deles – é relevante, pois, para Ramos e Carrara (2001), tal inclusão é fruto de transformações sociais que envolvem os poderes públicos, o ativismo LGBT,

o mercado e a academia nas discussões sobre a homossexualidade e sobre a homofobia. Em suas pesquisas na plataforma Lattes do CNPq, os autores afirmam que, em 2006, já apareciam 1.420 pesquisadores trabalhando com temáticas referentes a “homoerotismo”, “homossexualidade”, “gay”, “lésbica” e “queer”, o que aponta para o crescimento do interesse por esta temática entre a população acadêmica.

O presente artigo parte desta aposta: de que, a qualquer tempo, é possível discutir sobre sexualidade na formação profissional de qualquer área, acreditando que a universidade pode ser um *locus* importante de transformação das relações de gênero e da compreensão que se tem sobre a diversidade sexual. Nos arriscamos a dizer que é no enlace destes movimentos de quebra de preconceito e promoção de cidadania LGBT que gostaríamos que nossa pesquisa fosse aproveitada.

Este texto, após apresentação da opção metodológica, aborda três temáticas em diálogo: uma introdutória, a qual dá respaldo à discussão, que são as definições de homossexualidade e homofobia; outra sobre a perspectiva dos direitos civis conquistados pela população LGBT ou neste movimento de conquista e, por último, questões ligadas à convivência e visibilidade no espaço público.

Trajatória metodológica

A pesquisa teve início em 2009. Além de buscar os sentidos que os alunos da universidade construíam para homossexualidade, visávamos saber de que forma esta temática atravessava o cotidiano deles, suas opiniões sobre direitos civis para *gays* e *lésbicas* e como percebiam a interferência da passagem pela universidade na formação e possível alteração de suas convicções sobre o tema.

Inicialmente, realizamos em nosso grupo de estudos discussões sobre textos de autores centrais para os estudos sobre homossexualidade; a pesquisa teve um formato quali-quantitativa, iniciado com levantamento bibliográfico extensivo. Em seguida, aplicamos questionários aos

alunos de graduação de todos os cursos do *campus* Maracanã e das unidades isoladas da cidade do Rio de Janeiro e entrevistamos alguns alunos. Neste texto, vamos trabalhar apenas com os dados dos questionários, inclusive, com as questões abertas.

O intenso processo de elaboração dos questionários e sua aplicação-piloto foram etapas fundamentais e nos renderam bons momentos de discussão e aprendizagem em pesquisa. No decorrer desta, encontramos dificuldades de todos os tipos: desde a não liberação de alguns institutos e faculdades para a entrada em sala de aula com intuito de aplicarmos os questionários, até a dificuldade de encontrar os alunos em salas que, pelo menos nos quadros disponibilizados nas paredes, seriam de determinados períodos que fariam parte do recorte que escolhemos. Nosso alvo eram alunos do início e do final dos cursos.

A pesquisa teve um total de 712 questionários aplicados, sendo 320 homens, 382 mulheres e 10 não revelaram seu sexo. Foram 476 em alunos de segundo período e 236 em alunos dos últimos períodos dos seguintes cursos: Educação, Artes, Engenharia, Letras, Ciências Sociais, História, Ciências Atuariais, Administração, Geologia, Contabilidade, Psicologia, Comunicação, Economia, Direito, Química, Desenho Industrial, Oceanografia, Geografia, Estatística, Odontologia, Medicina, Física e Enfermagem. Dentre os entrevistados, 93,3% se declararam heterossexuais, 1,8% *gays*, 6% *lésbicas*, 3% transexuais, 2% bissexuais e 5,7% outros ou não responderam. Com relação à religião, 35,2% se disseram católicos, 18,4% evangélicos, 8,3% espíritas⁵, 5,3% outros e 32,8% não responderam ou não tinham religião.

Para análise das perguntas quantitativas, formatamos um banco de dados no programa EpiData, onde digitamos as informações, analisadas posteriormente a partir de filtros e cruzamentos feitos no programa de análise de dados SPSS.

Homossexualidade e homofobia: tentativas de definição

Sobre homossexualidade: algumas breves palavras

Falar de homossexualidade num país tão diverso e plural como o Brasil, segundo Peter Fry (1983), não é uma coisa simples. O autor propõe a inexistência de verdade absoluta a respeito do tema, mas as ideias e práticas associadas à homossexualidade são produções de sociedades concretas e estão articuladas ao que produzem essas sociedades em variados aspectos (Fry; MacRae, 1983). Assim, os modos de ser, de homens e mulheres, são (re)produzidos no decorrer dos tempos, criando-se, de certa forma, expectativas em torno de seus desempenhos, gostos, preferências.

(...) homens e mulheres comportam-se e têm sentimentos de um modo diferenciado de acordo com os papéis sociais que são ensinados a desempenhar e quando há alguma inadequação destes papéis se considera que há um desvio e, portanto, é necessário que se volte ao comportamento adequado (Fry; MacRae, 1983, p. 11).

O que causa espanto social é a não adequação, tomada como natural, entre sexo biológico, gênero, orientação sexual e objeto de desejo na seguinte combinação: homem, masculino, heterossexual gostando de mulheres femininas e mulher feminina, heterossexual interessada em homens masculinos. A heteronormatividade que dá suporte à nossa organização social, imperceptível, produz e corrobora práticas de violência contra aqueles que insistem em dizer seu nome, como contribui Oscar Wilde.

O conceito de heteronormatividade, discutido por Judith Butler (2003), diz respeito à matriz heterossexual que nos toma e determina como se natural fosse, organizando nossa forma de viver e olhar o mundo. Esta organização sustenta a naturalidade com que entendemos qualquer prática, que não seja identificada imediatamente como heterossexual, como desviante ou anormal.

Ao longo dos séculos, a incorporação capilar desse conceito nos faz repartir o mundo entre

hetero e homossexuais, hierarquizando os polos desse binarismo em que um assume o lugar correto e o outro, o que deve ser consertado, como nos ajuda Foucault (2002), em sua aula de 22 de janeiro de 1975, um de seus textos sobre os “anormais”.

Embora os estudos de Laqueur (1992) apontem para a invenção do sexo, mostrando que a dualidade é fruto de determinada época que precisava justificar a desigualdade entre homens e mulheres e buscou na hegemonia do campo da biologia seu respaldo, por ser um saber em princípio irrefutável, essa dimensão da construção passa despercebida.

Basicamente, o que parece ter acontecido é que a transformação da vida familiar, a partir do século XVIII, e as marcadas distinções dos papéis sociais e sexuais masculinos e femininos associadas com isso, tiveram o efeito de aumentar a estigmatização dos homens que não se conformassem prontamente com os papéis sociais e sexuais deles esperados. Aqueles que rompessem com as expectativas sociais do que era considerado ser um homem, eram categorizados como não sendo homens de verdade, o que Marcel Proust, no início do século XX chamou de *homme-femme* (“homem-mulher”) (Weeks, 2000, p. 67).

Esta suposta inadequação resulta em infinitas tentativas de descoberta da origem da homossexualidade, partindo do pressuposto de que é um desvio, uma doença, algo que precisa ser consertado, posto no lugar. Discursos mais e menos essencialistas, dizendo que as pessoas nascem com determinados desejos ou inclinações ou que se desenvolvem de determinada forma, emergem e se afirmam na sociedade, inquietam e atentam ao que a incomoda. A discussão sobre o caráter inato da sexualidade, que é até onde muitos discursos religiosos alcançam, busca eximir a responsabilidade dos sujeitos, com argumentos de tolerância, não de respeito às diferenças.

A construção dos gêneros e das sexualidades dá-se através de inúmeras aprendizagens e práticas, insinua-se nas mais distintas situações, é empreendida de

modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais. É um processo minucioso, sutil, sempre inacabado. Família, escola, igreja, instituições legais e médicas mantêm-se, por certo, como instâncias importantes nesse processo constitutivo (Louro, 2008, p. 18).

A partir da pesquisa “Diversidade sexual no Brasil e Homofobia”, realizada em 2009, Gustavo Venturi afirma que boa parte do preconceito contra LGBT vem por parte da explicação da ‘natureza’ da orientação sexual ser vista como uma escolha, diferentemente da questão de “raça”, por exemplo, que é percebida como se “não dependesse da pessoa”.

De fato, 31% discordam (25% *totalmente*) que “ser homossexual não é uma escolha, mas uma tendência ou destino que já nasce com a pessoa”, e 18% concordam apenas em *parte* (só 37% concordam *totalmente*). Ora, é plausível supor que quem acredita que ser homo ou bissexual é uma escolha, possa considerar essa ‘opção’ um erro, passível de crítica, de gozação e de outras formas de punição (discriminações) (Venturi, 2009, s/p).

Os resultados dos nossos estudos corroboram os resultados da pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo (Venturi, 2009). Em nossa pesquisa, 34,8% dos entrevistados consideram a homossexualidade de caráter inato, contra 60,4% dos estudantes universitários que acreditam ser a homossexualidade uma opção. A proporção entre estudantes dos períodos iniciais e finais não varia neste aspecto, mas certa incongruência entre as porcentagens dos que concordam ser inata e discordam de ser uma opção, sugere eventual falta de entendimento sobre a questão. Acreditamos que a falta de reflexão das pessoas sobre o tema faz com que não percebam a oposição que existe entre pensar que a homossexualidade é inata ou adquirida,

para simplificar enormemente o debate. Neste sentido, serve como exemplo a definição que um aluno de 9º período de Engenharia Química, católico, deu para homossexualidade: “uma opção ou coisa genética”.

Em nosso questionário, havia uma questão aberta sobre a definição de homossexualidade cujas respostas organizamos em três blocos: definições mais descritivas; definições baseadas na dicotomia opção/inato; definições carregadas de julgamento.

Entre as primeiras, destacamos: “Alguém que prefere se relacionar com pessoa do mesmo sexo” (F-8p-Letras-espírita) ou “é uma forma de filosofia de vida, um jeito de ser” (M - 2p - Ciências Contábeis - testemunha de Jeová). Ainda: “Opção sexual diferenciada da maioria” (F -2p -Comunicação Social - NR). Várias delas diziam apenas relação afetiva e sexual com pessoas do mesmo sexo ou atração pelo mesmo sexo.

A questão aberta sobre homossexualidade inaugurava o questionário, seguida pelas questões objetivas sobre ser inato ou opção. No entanto, este foi o eixo de várias das definições:

- Como opção ou orientação da sociedade (M - 2p - Ciências Atuariais - umbandista);
- Algo natural (M - 6p – Geologia - protestante);
- Um problema hormonal que independe da vontade da pessoa (M - 7p - Ciências Contábeis - ateu);
- Acredito que a pessoa não nasce homossexual, é da criação (F - 2p – Engenharia - evangélica);
- Viadagem genética, doença (M - 8p – Engenharia - católico).

Alguns vão mais além, arriscando propor uma origem para a homossexualidade:

- Opção, escolha pessoal, alguns casos de violência na infância, trauma permanente. Desejo; raros casos de constituição genética (M - 8p – História - cristão evangélico/protestante tradicional).

Outros e outras estudantes externaram seus julgamentos:

- Algo normal que não deve ser encarado com preconceito (M - 2p - Desenho Industrial - católico);
- Falta de respeito com a vida (F - 2p - Ciências Contábeis - católica);
- Não sou a favor da homossexualidade pois não acredito que existe amor carnal entre pessoas do mesmo sexo (F - 2p - Odontologia - evangélica);
- Algo que ainda precisa ser entendido do ponto de vista ético, moral e discutido e não apenas estabelecido como errado (M - 2p - Letras - católico);
- Desvio de conduta (M - 2p - Direito - agnóstico);
- Uma anomalia da natureza (M - 2p - Economia - ateu);
- Como uma doença psicológica, onde há métodos de tratamentos (M - 2p - Economia - cristão).

Das definições variadas não pudemos concluir a respeito da influência da área de conhecimento e do tempo decorrido no curso, no tipo de concepção dos alunos sobre homossexualismo. Tampouco o sexo/gênero fez diferença. No entanto, é importante salientar que falar sobre homossexualidade continua despertando posições contrárias ou a favor, como se fosse uma pesquisa de opinião pública. Também, chama a atenção a busca por explicações para a homossexualidade, mesmo quando o pedido foi de definição. É na centralidade da sexualidade na vida dos sujeitos, por se tratar de cada um e da população, conceito tão claramente explicitado por Foucault (1988), que parece se ancorar esse debruçar-se sempre da mesma forma sobre a sexualidade. Da mesma forma porque busca motivos, explicações, reforça caminhos já traçados.

Homofobia e educação

O termo homofobia, a partir de seu primeiro uso, em 1971, nos Estados Unidos

(Borillo, 2009), vem se difundindo, ampliando sua abrangência e sofrendo ressignificações no âmbito social.

No entanto, para melhor compreender este conceito é preciso vislumbrar os diferentes modos de percebê-lo, bem como a inter-relação com outros fenômenos sociais e políticos que o alimentam ou são, por ele alimentados (Junqueira, 2009, p. 368). Porém, o que se entende por homofobia? Quais engrenagens sociais nutrem suas raízes? Como práticas homofóbicas se configuram e se camuflam nas entrelinhas de discursos? A que se vincula o silêncio que envolve o tema? Deste modo,

(...) no cerne desse tratamento discriminatório, a homofobia tem um papel importante, dado que é uma forma de inferiorização, consequência direta da hierarquização das sexualidades, que confere à heterossexualidade um *status* superior e natural. Enquanto a heterossexualidade é definida pelo dicionário como a sexualidade (considerada normal) do heterossexual, e este, como aquele que experimenta uma atração sexual (considerada normal) pelos indivíduos do sexo oposto, a homossexualidade, por sua vez, encontra-se desprovida dessa normalidade. Nos dicionários de sinônimos, a palavra “heterossexualidade” nem sequer aparece; por outro lado, androgamia, androfilia, homofilia, inversão, pederastia, pedofilia, socratismo, uranismo, androfobia, lesbianismo, safismo e tribadismo são propostos como equivalentes ao termo “homossexualidade”. E, se o dicionário considera que um heterossexual é simplesmente o oposto de um homossexual, são muitos os vocábulos que apresenta para designar esse último: *gay*, homófilo, pederasta, enulé, bicha-louca, homo, bichona, bichinha, afeminado, bicha-velha, maricon, invertido, sodomita, travesti, travesco, lésbica, gomorreia, tribade, sapatão, bi, gilete (Borillo, 2009, p. 17).

A discriminação de pessoas de orientação sexual diversa da heterossexualidade, ou seja, dos padrões ditos normais, de como devem se comportar homens e mulheres, tão valorizados em nossa sociedade, acabam gerando inúmeras situações de preconceito. Estas ações infringem a igualdade de direitos e a liberdade no exercício da sexualidade sendo, fundamentalmente, uma restrição ao exercício dos direitos do cidadão inserido em uma sociedade. Em geral, concebe-se a realidade como se estivesse estruturada através da oposição entre heterossexualidade e homossexualidade, sendo o primeiro um elemento primordial e o segundo, subordinado. Assim, esta ordem regula instrumentos sociais como saberes, instituições e valores sociais.

Os nexos entre homofobia e outros fenômenos sociais parecem exigir conceitos que permitam uma abordagem mais aprofundada do fenômeno e das articulações entre corpo, gênero, raça/etnia, sexualidade etc. Os resultados do empenho anti-homofóbico dependem das disputas travadas não só *entre* setores contrapostos quanto à possibilidade de se promover ou não o reconhecimento da diversidade sexual, mas também dos conflitos *dentro* de cada um desses setores (Junqueira, 2007).

Encontrar uma terminologia que defina a homofobia não é fácil, tendo aspectos variados a sua manifestação. Podemos considerar ações homofóbicas as mais sutis ou as mascaradas através do não reconhecimento de direitos civis e sexuais dessa população, até os atos mais ofensivos e violentos como classificar e segregar o sujeito homossexual enquanto “bicha”, “viado”, “sapatão” chegando à agressão física e, em casos mais graves, ao assassinato.

É deveras confuso encontrar uma única forma de delimitar quantos e quais comportamentos seriam certificados dentro do conceito de homofobia. Assim como as leis que estão sendo, pouco a pouco, implementadas

para o reconhecimento de direitos civis da população LGBT, ainda carecem de mais esclarecimentos e mais propostas serem aprovadas no que tange à população homossexual e sua cidadania, também se faz necessário observar o contexto quando classificamos um ato como homofóbico. Conseguimos destacar mais facilmente tais ocasiões quando há agressão física ou morte de *gays*, lésbicas, travestis e transexuais. Ainda assim, é grande a resistência da sociedade em admitir que a motivação seja simplesmente a vítima ser considerada da população LGBT.

Segundo Borillo (2009), a homofobia é uma atitude hostil para com os homossexuais. E faz-se presente na linguagem do cotidiano, insultos e piadas na tentativa de marginalizar, empurrando o homossexual para uma esfera de anormalidade, inferioridade, tangendo o desprezível. Complexificando o debate, evocamos Louro (2009) quando afirma que “paradoxalmente, os sujeitos marginalizados são necessários para circunscrever os contornos dos tidos como normais, numa lógica binária e heteronormativa” (p. 92).

Em uma entrevista a REF, Butler diz: “suponho que vocês estejam sugerindo que a sexualidade imprópria é uma rubrica ampla, que poderia acomodar todo tipo de prática sexual. Mas o que me preocupa é que a distinção entre o que é próprio e impróprio busca elidir a questão da homossexualidade” (Prins e Meijer, 2002, p. 165). E é com esses alicerces que a heteronormatividade se constitui.

Butler (2003) pergunta o que acontece ao sujeito “e à estabilidade das categorias de gênero quando o regime epistemológico da presunção da heterossexualidade é desmascarado, explicitando-se como produtor e reificador dessas categorias ostensivamente ontológicas” (p. 8). Por enquanto, e para o teor deste texto, arriscamos afirmar que os esforços sociais são grandes para que se mantenha a ficção que dá sentido à homofobia.

Disseminado, o conceito de homofobia apresenta uma variedade de compreensões, como retratado nas frases de estudantes da Uerj:

- Agredir pessoas que tem orientação sexual diferente da sua (7p - Administração);
- Medo de pessoas homossexuais (2p - Administração);
- Pessoas que não se relacionam com homossexuais (2p - Comunicação);
- É a não aceitação irrestrita das diferenças e o medo do diferente (2p - Geografia);
- Fobia= medo. Evitar/ não gostar de pessoas homossexuais (2p - Geografia);
- Medo de criar qualquer relação com pessoas do mesmo sexo (2p - Economia);
- Pessoas que não gostam de pessoas do mesmo sexo (6p - Comunicação);
- Rejeição a pessoas homossexuais (2p - Física);
- Não gostar de igual (9p - Química);
- Medo a homem, receio a esta espécie (2p - Química);
- Medo ou receio de conviver com pessoas do mesmo sexo (2p - Engenharia);
- Prática de discriminar ou agir com violência contra os homossexuais (8p - Ciências Sociais);
- Intolerância (8p - História);
- Preconceito extremo contra os homossexuais (2p - Pedagogia).

Algumas definições vão claramente para o âmbito religioso:

- Aversão a homossexuais. OBS: Na Bíblia temos textos que condenam a prática da homossexualidade. Levítico 18:18, por exemplo. Mas Deus ama a todos; conviver com isto é ser educado, respeitoso e digno de estar no mesmo ambiente que qualquer pessoa possa estar. Agora se vai ou não para o inferno só Deus sabe; teria de perguntar pra Deus a opinião Dele (7p - Engenharia).

Uma pessoa arrisca uma perspectiva que talvez tente explicar a existência da homofobia:

- Medo de virar homossexual, insegurança (2p - Comunicação).

Ou aproveita para julgá-la:

- Uma forma errada de protesto (2p - Administração);
- Julgamento desnecessário sobre a vida de alguém que leva à agressão física (2p - Medicina).

Essas duas definições sugerem uma confusão com o termo homossexualidade, embora não seja possível fazer esta afirmação:

- Gostar de pessoas do mesmo sexo (6p - Comunicação);
- É uma doença (2p - Direito).

E duas outras definições chamam a atenção:

- Medo de declarar sua opção sexual; nesse caso gay (2p - Economia);
- Prática que tenta tornar a vida normal, sem gays (6p - Geologia).

Ainda que não tenhamos nos debruçado sobre a percepção que alunos e alunas possuem do preconceito do outro ou de seu próprio, os dados da pesquisa da Fundação Perseu Abramo, de 2009, sobre *Diversidade sexual no Brasil e Homofobia* (Venturi, 2009) revelam uma dificuldade de nos percebermos preconceituosos, ainda que o reconhecimento da homofobia seja constatado.

Indagados sobre a existência ou não de preconceito contra as pessoas LGBT no Brasil, quase a totalidade das pessoas entrevistadas respondeu afirmativamente: acreditam que existe preconceito contra travestis 93% (para 73% *muito*, para 16% *um pouco*), contra transexuais 91% (respectivamente 71% e 17%), contra gays 92% (70% e 18%), contra lésbicas 92% (69% e 20%) e, tão frequente, mas um pouco menos intenso, 90% acham que no Brasil há preconceito contra bissexuais (para 64% *muito*, para 22% *um pouco*). Mas perguntados se

são preconceituosos, apenas 29% admitiram ter preconceito contra travestis (e só 12% *muito*), 28% contra transexuais (11% *muito*), 27% contra lésbicas e bissexuais (10% *muito* para ambos) e 26% contra *gays* (9% *muito*).

Dados desta mesma pesquisa (Venturi, 2009) revelam que o preconceito se reduz com o aumento da escolaridade, o que reforça nossa ideia sobre a importância de tematizar essas questões na universidade. É necessário questionar qual a função desta e sua contribuição na produção e reprodução de práticas que reforçam ou desconstruem o preconceito e a violência que ele carrega.

Quando questionados se o tema geral “homossexualidade” deveria ser tratado em sala de aula, 49,8% responderam que sim e 43,5% disseram que “não”, sendo 16,3% católicos e 10,3% protestantes. O que pode significar este equilíbrio entre os que acham que deve ser tratado e os que não? Não se trata de um assunto estritamente acadêmico? A universidade não deve se posicionar em relação a essa temática? Os esclarecimentos devem vir da vida cotidiana extramuros universitários?

Tentando entender um pouco mais sobre momentos em que é possível identificar a temática da homossexualidade, mais ou menos explicitada, ou ainda perceber a homofobia entranhada em nossas práticas, perguntamos aos estudantes se tinham presenciado algum ato homofóbico no ambiente universitário, durante o trote, com qualquer dos estudantes ou ainda com aqueles que demonstravam trejeitos homossexuais ou contra os sujeitos que eram declaradamente assumidos como *gays*, lésbicas, travestis ou transexuais – visto que sabemos que as brincadeiras com muita frequência têm um viés bastante sexualizado e reproduzem estereótipos de gênero, desqualificando o que não é reconhecido como heterossexual. No entanto, apenas 17,4% responderam que sim, há práticas homofóbicas nas brincadeiras do trote e 73,3% responderam que não. A brincadeira sobre a sexualidade, o jocoso dirigido à homossexualidade talvez esteja tão naturalizado que não seja perceptível.

Na diversidade da universidade, ficamos curiosos sobre diferenças entre os cursos e

perguntamos se os estudantes acreditavam que havia cursos mais e menos preconceituosos: 23,3% responderam que sim; 24,7 disseram que não e o restante ou disse que não sabia, 48,5%, ou não respondeu, 3,5%. Quando pedimos para que especificassem as grandes áreas do que julgavam os mais preconceituosos, a maioria elegeu “os de exatas” e “os de humanas” como os menos preconceituosos, em especial, os seguintes cursos: Psicologia, História, Letras e Pedagogia.

Direitos e sociabilidade: o cotidiano e seus percalços

Reflexão sobre os direitos

Atualmente, intensificou-se o debate em torno das garantias de direitos para a população LGBT e do combate à homofobia. Embora se cruzem, dois têm sido os caminhos que pretendem acabar com a construção de cidadania de segunda classe para parte da população: um é o PL 122, que criminaliza a homofobia, tornando clara a discriminação em função da orientação sexual ou da identidade de gênero considerada como transgressora da heteronormatividade, e o outro, são as conquistas, até o momento, provenientes do judiciário, prioritariamente, de direitos relacionados à filiação, bens patrimoniais, reconhecimento de conjugalidade.

A população LGBT vive, cotidianamente, situações de violência em função de sua orientação sexual e identidade de gênero, simplesmente porque parte da sociedade identifica, semelhante ao que ocorre em casos de racismo, que esta parte das suas existências deve ser condenada. Ou seja, seu gênero e/ou sua orientação sexual, considerados desviantes, parecem motivos suficientes para a expulsão da condição de cidadania da qual deveriam gozar todos os cidadãos.

A diferença entre os direitos e o seu gozo efetivo não é o único paradoxo: o outro é o contraste entre a violência relatada e a fraqueza que parecem diante dela, tanto

em termos de direitos defendidos (de beneficiar-se de um seguro e não ser despedido de um trabalho, por exemplo), bem como dos danos que não são protegidas por direitos (discriminação pré-contratual; o recurso a operações perigosas nos travestis) no contexto dos crimes de ódio. Às vezes de maneira expressa, quase sempre de forma velada, o discurso de direitos tem sentido como o desmentido da violência, sem importar sua gravidade (...) enquanto a vida cotidiana aceita a sorte das vítimas da limpeza social, especialmente quando são travestis ou homossexuais, o discurso dos direitos reclama a humanidade de cada morto, sua dignidade materializada em pequenas vitórias como o seguro, as pensões, o trabalho (Lemaitre, 2009, p. 85-86).

Dar visibilidade ao debate em torno de direitos, tanto de sua promoção, quando da garantia de não violação, tem sido um desafio cotidiano, inclusive pelos motivos expressos nesta citação.

Um ponto de partida tem sido, com Raupp (2003), pensar a partir da perspectiva da sexualidade como integrante dos direitos humanos.

Democracia, cidadania, direitos humanos e direitos sexuais, [são] bases a partir das quais será proposto um modelo democrático de compreensão dos direitos sexuais, que denomino *direito democrático da sexualidade*. (...) Desenvolver a ideia de direitos sexuais na perspectiva dos direitos humanos aponta para a possibilidade do livre exercício responsável da sexualidade, criando as bases para uma regulação jurídica que supere as tradicionais abordagens repressivas que caracterizam as intervenções jurídicas nesses domínios (Raupp, 2003, p. 3).

Para Raupp (2003), é preciso que se garanta um direito à sexualidade que se reflita e se constitua a partir da compreensão que hoje se

tem de direitos humanos e direitos constitucionais fundamentais. Neste sentido, alguns dos desdobramentos dessa regência do direito à sexualidade baseado nos princípios fundamentais garantidos na Constituição Federal como da igualdade e da liberdade seriam:

Direito à liberdade sexual; direito à autonomia sexual, à integridade sexual e à segurança do corpo sexual; direito à privacidade sexual; direito ao prazer sexual; direito à expressão sexual; direito à associação sexual; direito às escolhas reprodutivas livres e responsáveis; direito à informação sexual livre de discriminações – estes são alguns dos desdobramentos mais importantes dos princípios fundamentais da igualdade e da liberdade que regem um direito da sexualidade (Raupp, 2003, p. 17).

Todos esses direitos e outros precisam ser garantidos em lei e exercidos no cotidiano, o que é atravessado pela compreensão que as pessoas tem sobre sexualidade e gênero, por isso é tão importante inundar os espaços sociais os mais variados com esclarecimentos e debates. Portanto, alterar atitudes, comportamentos e entendimentos passa por processos punitivos mas sobretudo, educativos.

Para apurar o que estudantes conheciam sobre os direitos de *gays* e *lésbicas* relativos a direitos civis, além de perguntar se conheciam alguma lei ou decisão judicial sobre o tema, enumeramos alguns direitos e pedimos que dissessem se eram contrários ou favoráveis. Não houve uma diferença significativa de gênero em questões como herança, partilha de bens, adoção, casamento. Quando se posicionavam, a favor ou contra, homens e mulheres, apresentavam um mesmo modo de pensar: quando as questões eram voltadas aos direitos civis como herança, plano de saúde, direito a ficar no país, havia uma aceitação maior, porém, quando as questões se remetiam à constituição familiar, a resistência era maior e posições contrárias apareciam. Tanto para casais *gays*, quanto para

casais de lésbicas. Este dado nos mostra como, ainda, é preciso avançar nas discussões sobre o tema a fim de desconstruir uma série de pressupostos e estereótipos sobre dano à saúde das crianças, risco de violência sexual, entre outros, que são atribuídos, por exemplo, à parentalidade *gay* e lésbica (Uziel *et al.*, 2006).

No que tange aos direitos, nossos achados sobre a união estável entre homossexuais se aproximam dos dados levantados pela pesquisa Ibope (2011). De acordo com esta pesquisa, a aprovação de união estável entre homossexuais obteve 52% a favor do público feminino e 63% contra do público masculino. Em nossos estudos, 46,3% dos que concordam com a união estável entre casais homossexuais são do sexo feminino. No entanto, quando nos voltamos para o público masculino obtivemos dados importantes e significativos. Diferentemente da pesquisa Ibope, 35,6% dos homens pesquisados, em nosso estudo, concordam com a união estável entre casais homossexuais, contra 8,3% que discordam.

Já a adoção por casais homossexuais teve em nossa pesquisa 37,9% de aprovação feminina e 17,2% de reprovação masculina. Quando relacionamos este item com a religião, encontramos que, dentre os que são favoráveis à adoção por casal *gay*, 23,5% são católicos, 5,8% evangélicos, 6,6% espíritas, 4,2% de outras religiões e os que não têm religião ou não responderam a questão formam um percentual de 25,2%. Dialogando mais uma vez com os dados da Ibope (2011), observa-se que 62% dos homens foram contra e 51% das mulheres a favor; e entre as religiões protestantes/evangélicas, 72% se mostrou contra a adoção, ao passo que 59% dos que responderam ser de “outras religiões” foram a favor.

Convivência e sociabilidade

No questionário havia perguntas sobre convivência com *gays* e lésbicas, bem como opinião sobre manifestações públicas de afeto. Apesar de todas as mudanças sociais no sentido do reconhecimento da diversidade sexual, a

sociedade ainda se manifesta contrária à visibilidade das relações não heterossexuais, muitas vezes de forma explícita e violenta, e outras de formas mais sutis. Essa perspectiva social faz com que nem sempre a demonstração pública de vínculos afetivos e/ou sexuais por parte de pessoas que se interessam por outras de mesmo sexo seja evidente, o que é um cerceamento da livre circulação, garantida, inclusive, na Constituição Federal.

Quando perguntamos, em nossa pesquisa, sobre a formação de vínculos de amizade com homossexuais, descobrimos que, quando questionados se a orientação sexual do outro era relevante para o estabelecimento de amizades, 38% dos homens e 49,3% de mulheres responderam “não”, formando um total global de 87,3% de pessoas que afirmam não ser a homossexualidade do outro um critério para firmar laços fraternos. Nossos achados caminham na mesma direção dos dados obtidos na pesquisa Ibope de 2011 onde, diante da questão, “se seu amigo se revelasse homossexual, o que você faria?”, 65% dos homens e 80% das mulheres responderam que “não afastaria nada” (Ibope, 2011). É possível supor que a relação de amizade estabelecida talvez invisibilize a orientação sexual do outro, visto o vínculo ser mais forte. Ou apague a homossexualidade nessa esfera da vida. Ou ainda, de fato, não seja algo relevante na escolha de amigos.

Ainda com o propósito de saber se as pessoas concebem que seus próximos sejam *gays* e lésbica, se conseguem ir além da suposição social da heteronormatividade, perguntamos quem tinha conhecimento sobre a existência de *gays* e lésbicas na família. Os entrevistados e as entrevistadas indicam haver mais *gays* do que lésbicas na família: 11,2% dos homens e 19,2% das mulheres responderam que sim, há *gays* na família e apenas 5,5% dos homens e 8% das mulheres identificaram lésbicas entre os familiares. Essa diferença significativa pode se dar em função de uma invisibilidade lésbica, fruto de desconhecimento, preconceito, mas também estereótipos do homem efeminado e da maior liberdade que mulheres possuem de

externalizar afeto, o que pode confundir a percepção sobre o tipo de relação existente.

Outro tema sobre o qual a pesquisa se debruçou foi o da opinião dos entrevistados acerca da manifestação pública de afeto entre *gays* sob variados formatos. Em relação ao *selinho*, 22,8% dos homens e 36,6%, das mulheres foram favoráveis. Quando se tratava de beijo, dos 45,6% favoráveis, 18,9% eram homens e 26,6% mulheres. Ainda que com proporção diferente, também em relação ao abraço em público as mulheres são mais favoráveis: do total global de 81,3%, 33,9% são homens e 47,4%, mulheres. Por fim, sobre andar de mãos dadas, 71,4% foi favorável, sendo 28,5% de homens e 42,9% de mulheres. Os dados não variaram muito em relação a todas essas manifestações em casais de lésbicas. O machismo e o sexismo que nos constitui parece trazer maiores impedimentos aos homens para legitimar e reconhecer direitos básicos de cidadania aos que se interessam e/ou amam pessoas do mesmo sexo.

A correlação entre demonstrações públicas de afeto e religião traz dados interessantes, sobretudo porque as igrejas têm cada vez mais se pronunciado sobre estas temáticas. Dentre os 59,6% dos participantes que responderam sim para o *selinho gay*, 20,5% eram de religião católica e 5,2% de religião evangélica. Sobre *selinho* entre lésbicas, os valores não variaram muito: dos 65% que responderam sim, 22,4% eram da religião católica e 6,2% da evangélica. Em relação ao item beijo entre casais *gays*, do total dos favoráveis, 15,2% professavam a fé católica e 3,4%, a evangélica. Em relação às lésbicas: 16,7% eram católicas e 4,1% evangélicas. No item abraço entre casais *gays*, do percentual de favoráveis, 28,4% eram católicos e 11% evangélicos. Em relação a casais de lésbicas, 29,7% católicos e 11,1% evangélicos, percentual muito semelhante. E, por fim, o mesmo acontece no item “andar de mãos dadas”: entre casais *gays*, o percentual dos favoráveis foi de 25,6% de católicos e 8% de evangélicos. Para casais de lésbicas, os favoráveis são 27,8% de católicos e 8,9% de evangélicos.

Esses dados certamente contribuem para reflexões acerca do posicionamento das religiões em relação à existência e às manifestações públicas e privadas das relações entre pessoas de mesmo sexo. A influência da religião é grande em nosso país, tanto em espaços públicos e de decisão, como vimos anteriormente, a respeito da existência de uma bancada religiosa no Congresso, quanto no cotidiano dos cidadãos.

No entanto, na administração cotidiana de suas vidas, as pessoas negociam com seus credos, como apontou o trabalho de Ribeiro e Luçan (1995), tendo condutas que, a princípio, negariam sua religiosidade. Talvez por isso seja possível encontrar na população, e entre os entrevistados, posturas variadas de pessoas que professam uma mesma religião. Quando perguntamos se a religião influenciava sua forma de pensar a homossexualidade: 33,4 dos homens e 46,7% das mulheres responderam que sim. Quando mudamos um pouco a questão, indagando se sua prática religiosa influenciava a visão que tinham sobre homossexualidade, 16,9% dos homens e 23,2% das mulheres responderam que não.

Este é um campo rico de estudos que vem merecendo cada vez mais atenção dos pesquisadores que acompanham os movimentos sociais de adesão e afastamento das diferentes religiões⁶.

Considerações finais

A Uerj, uma universidade conhecida e reconhecida por seus pesquisadores e centros de estudos sobre sexualidade, vanguarda nas pesquisas sobre Aids dos anos 1990, pioneira na concessão de direitos à população LGBT como uso do nome social por pessoas trans, uso do banheiro feminino para travestis e transexuais⁷, entre outros, defende, com todo aparato de profissionais e especialistas na área que possui, a busca por igualdade e respeito às questões de gênero, raça e orientação sexual.

O espaço acadêmico deve ser, por princípio, um locus de debate. A universidade precisa se

constituir como um espaço privilegiado de reflexão sobre as diversas questões que envolvem a cidadania, por isso sugere-se que enfrente, no seu cotidiano, a discussão sobre gênero e sexualidade, tanto em espaços específicos, destinados a essa temática, como em seminários e em salas de aula, quanto nas ações cotidianas que vão desde o respeito ao trânsito no espaço público, como um bom atendimento de sua população, no que tange às questões de gênero e sexualidade, tema deste trabalho.

Buscamos, com esta pesquisa, não apenas conhecer um pouco da realidade de uma parte da universidade em relação ao que pensam sobre gênero e sexualidade, mas também contribuir para fomentar este debate. Se por um lado a universidade é um espaço aberto ao debate, por outro é atropelada por questões cotidianas que invisibilizam certos temas ou problemáticas. Estamos convencidos da importância de se interpelar as pessoas no cotidiano para que reflitam sobre identidade de gênero, orientação sexual, questões que atravessam a vida de todos e são naturalizadas. Esta afirmação baseia-se na observação de campo, visto que muitos dos entrevistados revelaram estranhamento diante de algumas questões propostas pelo questionário, pois, segundo eles, ainda não haviam parado para pensar naquele assunto.

Em relação aos dados e às conclusões a que chegamos, ficamos surpresos quando percebemos que uma de nossas hipóteses iniciais, a de que haveria alguma diferença entre o posicionamento de alunos iniciantes e os que estavam no final da graduação foi refutada. De forma geral, se posicionaram favorável ou contrariamente diante das mesmas questões. Dado corroborado pela afirmação de 85,7% das pessoas de que o espaço acadêmico não influenciou sua visão sobre a temática. No entanto, se observamos as definições de homossexualidade e homofobia, como destacamos no trabalho, podemos inferir que, fomentando o preconceito, o desconhecimento é grande.

Na pesquisa da Fundação Perseu Abramo (Venturi, 2009), concluiu-se que o preconceito diminui à medida que a escolaridade aumenta, logo, mesmo que a temática não seja trabalhada

na universidade ou nos cursos de forma mais direta, o contato com um universo mais amplo de conhecimentos altera a percepção das pessoas. Neste sentido, é preciso provocar a comunidade acadêmica para que se debruce sobre certos assuntos.

Pesquisar é fazer novas perguntas, provocar cristalizações, visitar certezas. Nessa perspectiva, é preciso discutir um pouco mais sobre a resistência das pessoas em considerar como possíveis as famílias cujos adultos são gays, lésbicas e, por que não, travestis e transexuais, no sentido de garantir a todos os integrantes desses núcleos familiares os mesmos direitos e deveres de toda a população. Outro ponto a ser perseguido é a diferença significativa de gênero em questões de discriminação relativa à população LGBT. Se em uma série de questões este item não aparece, no acolhimento às manifestações de afeto a aceitação feminina é flagrantemente maior.

Esta pesquisa, longe de pretender traçar um perfil dos universitários da Uerj em determinado momento, visou pautar o debate. Que esta iniciativa seja profícua e a universidade possa se constituir como um ambiente mais amplo de formação social.

Referências bibliográficas

- BORILLO, D.; LIONÇO, T.; DINIZ, D. (orgs.) *Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio*. Brasília: LetrasLivres/EdUnB, 2009.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade I. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- _____. *Dits et écrits IV*. Paris: Gallimard, 1994.
- _____. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FRY, P.; MACRAE, E. *O que é homossexualidade?* São Paulo: Zahar, 1983.

HIOKA, L. “A subversão da heteronormatividade no filme ‘O segredo de Brokeback Mountain’”. In: *Revista Ártemis*, v. 8, Junho, 2008. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/2309/2031>. Acesso: 26 set. 2011.

IBOPE. Pesquisa Ibope Inteligência. *União estável entre homossexuais*, 2011. Disponível em: <http://www.ibope.com.br/download/casamentogay.pdf>. Acesso: 10 out. 2011.

JUNQUEIRA, R. D. Educação e homofobia: o reconhecimento da diversidade sexual para além do multiculturalismo liberal. In: JUNQUEIRA, R. D. (orgs.). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília, 2009.

LAQUEUR, T. *La fabrique du sexe. Essai sur le corps et le genre en Occident*. Paris: Gallimard, 1992.

LEMAITRE RIPOLL, J. “O amor em tempos de cólera: direitos LGTB na Colômbia.” In: *Sur, Revista Internacional de Direitos Humanos*. v. 6, n. 11. São Paulo, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-64452009000200005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso: 18 out. 2011.

LOURO, G. L. “Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas.” In: *Pro-Posições*, v. 19, n. 2 (56) - mai/ago. 2008, p. 17-23. Disponível em: www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf. Acesso: 22 out. 2011.

OLIVEIRA, M. R. A.; MORGADO, M. A. Jovens, sexualidade e educação: homossexualidade no espaço escolar. In: *Atas da 29ª Reunião Anual da Anped*, Caxambu, 2006. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT23-2357--Int.pdf>. Acesso: 21 out. 2011.

PRINS B.; MEIJER I. C. “Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler”. In: *Revista Estudos Feministas*, v. 1, 2002.

RAMOS, S.; CARRARA, S. A constituição da problemática da violência contra homossexuais:

a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas. In: *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 16(2), 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v16n2/v16n2a04.pdf>. Acesso: 1 out. 2011.

RAUPP, R. *Para um direito democrático da sexualidade*. Coleção Documentos, 2003. Disponível em: http://www.clam.org.br/pdf/roger_dirdemsex_port.pdf. Acesso: 3 jan. 2013.

RIBEIRO, L.; LUÇAN, S. *Entre (in)certezas e contradições. Práticas reprodutivas entre mulheres das comunidades eclesiais de base*. Rio de Janeiro: Nau/Iser, 1995.

SANTOS, C. et al. Diversidade sexual na escola e a homofobia: a capacitação de professores como estratégia de intervenção. In: *Fazendo gênero*, 8º. Florianópolis, 2008.

UZIEL, A. P. et al. “Parentalidade e conjugalidade: aparições no movimento homossexual.” In: *Horizontes Antropológicos*, v. 12 n. 26. Porto Alegre, jul/dez. 2006.

VENTURI, G. *Diversidade sexual no Brasil e Homofobia*. Fundação Perseu Abramo. 2009. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/pesquisas-de-opinio-publica/pesquisas-realizadas/apresentacao-4>. Acesso: 20 ago. 2011 e 10 out. 2011.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. L. (org.) *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

Notas

¹ Agradecemos à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, pela concessão de uma bolsa de iniciação científica.

² Embora atualmente as lutas se insiram nos movimentos LGBTs, que não se restringem a gays e lésbicas, é apenas a esta parcela da população que vamos nos referir, visto que os questionários tratavam apenas dela.

³ Ver, entre outras, esta reportagem: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/05/>

dilma-rousseff-manda-suspender-kit-anti-homofobia-diz-ministro.html>.

- 4 Ver os trabalhos de Roberto Lorea.
- 5 Convém lembrar que muitas pessoas de religiões afro como o candomblé costumam se dizer espíritas para evitar o preconceito.
- 6 Alguns pesquisadores como Maria Auxiliadora Campos Machado, Luiz Fernando Dias Duarte, Marcelo Natividade desenvolvem ou desenvolveram estudos sobre religião e sexualidade.
- 7 Ver resolução assinada na época da Conferência Estadual LGBT, em 2008.

Anna Paula Uziel

- ** Professora doutora adjunta do Instituto de Psicologia e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Uerj.

Amanda Duarte Moura

- * Estudante da graduação em Psicologia da Uerj e estagiária do Centro de Referência e Promoção da Cidadania LGBT/Capital.

Fabiene Oliveira Barros

- *** Estudante da graduação em Psicologia da Uerj.

Filipe Miranda

- **** Estudante da graduação em Psicologia da Uerj.

Rick Valério

- **** Estudante da graduação em Psicologia da Uerj.

Suelen da Silva Sampaio

- ***** Estudante da graduação em Psicologia da Uerj e estagiária do Centro de Referência e Promoção da Cidadania LGBT/Caxias.

Patrícia Stoco

- ***** Estudante da graduação em Psicologia da Uerj.